



Simpósio de Integração Acadêmica

“Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



A proteção dos bens naturais: uma análise sobre a perspectiva patrimonial e ambiental no Brasil entre os anos de 1934 e 1988.

Camila Stofeles Cecon Santana, Carolina Marotta Capanema - Universidade Federal de Viçosa/MG

Bens naturais, Patrimônio, Meio Ambiente.

Introdução

O presente trabalho busca analisar a proteção dos bens naturais e a sua inserção como patrimônio brasileiro, já que apesar de toda a proteção legal que possui os bens naturais tanto como patrimônio, quanto na esfera ambiental, com legislação específica na defesa do meio ambiente, este aparentemente não se confirma na prática quando buscamos conceituar os patrimônios naturais. Apesar do Brasil possuir leis que fomentem a proteção e defesa do meio ambiente e também do patrimônio, percebemos que ainda é muito diverso o entendimento da proteção dos bens naturais perante a legislação patrimonial e a ambiental e que estes são protegidos somente se considerados de valor excepcional ou como recurso ambiental.

Objetivos

O objetivo principal do trabalho é analisar a legislação patrimonial e a ambiental editada entre os anos de 1934 e 1988 e os processos de patrimonialização dos bens naturais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, bem como a proteção desses bens na esfera jurídica e histórica, avaliando para tanto a importância e o valor destes bens para a sociedade.

Material e Método

Através de uma pesquisa de análise de conteúdo, será formulada as categorias de análise com base no referencial teórico e pela preparação e defesa das hipóteses.

Resultados e Discussão

O Brasil possui uma grande gama de leis que fomentam a proteção e defesa do ambiente e do patrimônio natural, e por participar como estado integrante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco, corrobora todos os ideias de proteção do patrimônio brasileiro e mundial. Ainda se faz muito estanque e diverso o entendimento acerca da proteção e patrimonialização dos bens naturais no país.

Diante da análise dos documentos percebemos que os processos de tombamento, bem como a legislação ambiental aprecia os bens naturais somente pelas suas características excepcionais ou por representarem áreas de importância científica e biológica, sem abranger os valores intrínsecos à natureza.

Conclusões

Por fim, o presente estudo permite-nos entender mais sobre a importância de entender a natureza e a relação homem-natureza de forma diversa da que vem sendo realizada até os dias atuais, baseada em uma epistemologia ocidental e capitalista que encara os bens naturais como recursos ou somente como área de contemplação de excepcional beleza.

Bibliografia

BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. In: O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem. Tradução de Annie Cambe, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p.11-66.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

IPHAN. Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento. Acesso em: <http://portal.iphan.gov.br>